

A COMPETÊNCIA COMUNICATIVA DOS ESPECIALISTAS NOS ESPAÇOS DE NEGOCIAÇÃO AMBIENTAL: ESTUDO AGENDA 21 LOCAL DE VITÓRIA (ES)

Desirée Cipriano RABELO

(Universidade Federal de Mato Grosso do Sul)

A ciência e a tecnologia (C&T) fundamentam boa parte das propostas para a construção da sustentabilidade, o que pressupõe que ambas desenvolvem amplo diálogo com a sociedade civil na busca de alternativas para o atual modelo de desenvolvimento. Neste cenário, reafirma-se a importância da comunicação pública da ciência que deve contemplar, também, o incentivo e a preparação dos cientistas e técnicos para participarem na formulação de políticas públicas sustentáveis. A análise de iniciativas concretas, como a elaboração da Agenda 21 de Vitória (ES), ajuda a compreender a atuação dos especialistas nos espaços de negociação ambiental, onde os vários atores sociais ensaiam novas formas de governabilidade.

Palavras-chave: Comunicação Ambiental, Comunicação Pública Da Ciência, Sustentabilidade, Agenda 21

INTRODUÇÃO

A democracia participativa com foco na ação local e na gestão compartilhada dos recursos é a via política para a construção da sustentabilidade. Aqui, acrescentamos que o termo **sustentabilidade** é utilizado como conceito que engloba várias dimensões que não as meramente ecológicas e ambientais, mas também demográfica, cultural, social, política e institucional. Nesse mesmo sentido ele aparece, por exemplo, na Agenda 21 Brasileira, base para a discussão. O documento fala de sustentabilidade ampliada e progressiva, considerando que não é ela um estado, mas um processo. Prosseguindo, a substituição do atual modelo de desenvolvimento, injusto socialmente e perdulário do ponto de vista ambiental exige a criação de canais e mecanismos de comunicação que garantam a mobilização efetiva dos principais segmentos sociais (Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente..., 1992). Daí o interesse pela esfera pública, inspirado sobretudo na propostas do modelo político comunicativo de Habermas,

e pela produção e disseminação das informações necessárias à formulação das políticas públicas, a partir dos pressupostos da sustentabilidade.

A elaboração e implantação da Agenda 21, o mais importante compromisso assumido durante a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, implica a abordagem das questões: organização da sociedade civil, a importância da produção de dados e informações e capacitação para o seu uso. Considerando a importância da dimensão local na origem e solução da maioria dos problemas ambientais, a Conferência incentivou a implantação das agendas locais. Uma das experiências pioneiras no Brasil, nesse sentido, foi a da cidade de Vitória, capital do Espírito Santo, que, em 1996, elaborou a sua Agenda 21 local, denominada *Vitória do Futuro*, a partir de amplo debate com a população local.

Esta experiência foi considerada paradigmática em pelo menos dois fóruns distintos: o Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal brasileiro e o Conselho Internacional para Iniciativas Ambientais Locais (ICLEI)⁹. A disseminação das chamadas “*boas práticas*” tem sido incentivada em vários fóruns. O documento *Agenda 21 brasileira – bases para um discussão*, por exemplo, no capítulo *Cidades sustentáveis*, alerta sobre a necessidade de “*tornar concreta a utopia das cidades sustentáveis*” (Comissão de Políticas de Desenvolvimento..., 2000). Porém, desde 1997, o Ministério do Meio Ambiente já lançou o desafio: “*é preciso compreender onde e como está nascendo o novo Brasil sustentável.*”

Segundo Trindade (1997), por seus objetivos e características, o processo de preparação da Agenda 21 é mais importante do que a Agenda em si. Para vencer obstáculos como os da falta de uma cultura de participação e de conhecimento do Governo e da sociedade civil acerca dos

⁹ Em 1997, o Ministério fez ampla consulta nacional para levantar as 100 experiências mais inovadoras em termos de sustentabilidade, replicabilidade, gestão em parceria e integração multisetorial. Vitória aparece na lista duas vezes: com o Projeto São Pedro e o *Vitória do Futuro*. Inspirado na relação das 100 experiências brasileiras, o ICLEI propôs indicadores que permitissem avaliar as agendas locais, especialmente as da região Sudeste. São eles: compromisso institucional, programa de capacitação, processo participativo, integração das questões ambientais, sociais e econômicas, integração intersetorial e programa de divulgação. No exame das experiências caracterizadas como Agenda 21 Local, Vitória obteve o segundo melhor desempenho entre 18 cidades consultadas, atrás de Nova Lima (MG).

vários temas em negociação e acordos relacionados com o desenvolvimento sustentável, o autor propõe um roteiro de 16 pontos, todos realizados durante o *Vitória do Futuro*.

Estabelecida a importância e pertinência do *Vitória do Futuro*, cumpre examinar o processo que incluiu o uso de estratégias diversificadas, como pesquisas, concurso de redação, publicação de livros, formação de um conselho popular, reuniões técnicas e plenárias, forte presença na mídia e grande festa no encerramento. Reconhecendo que há um vasto campo de alternativas a serem utilizadas e analisadas na comunicação social, quando se trata da mobilização dos vários segmentos sociais, interessa-nos, neste espaço, analisar a participação das comunidades científicas e tecnológicas na elaboração da Agenda 21 de Vitória. Responsáveis pelos estudos técnicos que subsidiaram as discussões e propostas para a cidade, os especialistas precisaram utilizar uma linguagem adequada ao público leigo ao longo do trabalho. Mais que isso, precisaram estabelecer diálogos com as várias áreas de estudo e, principalmente, com os outros atores (não especialistas) e interesses atuantes no processo.

As entrevistas realizadas com membros do Grupo Prospectivo, análises dos relatórios de reuniões internas, das atas das reuniões plenárias e temáticas, das pesquisas, da cobertura da imprensa escrita e do documento final do *Vitória do Futuro* tornaram possível reconstruir e analisar a atuação dos 38 expertos que participaram do *Vitória do Futuro*. A título de esclarecimento, acrescentamos que, formado por lideranças da Prefeitura Municipal de Vitória, um consultor *ad hoc* e cinco especialistas, o Grupo Prospectivo era encarregado de condensar e sintetizar os resultados de estudos técnicos e propostas, visitas, reuniões temáticas e plenárias e outras colaborações capitalizadas no transcorrer do planejamento.

O objetivo da pesquisa em curso é, pois, verificar como as comunidades científicas e tecnológicas respondem a estas demandas surgidas a partir da busca de novos modelos de governabilidade. Entre elas, citamos: sistematização dos estudos técnicos com ênfase na integração das diversas áreas na perspectiva da sustentabilidade, participação nos vários momentos do planejamento, cruzamento dos dados levantados com fontes (e interesses) não convencionais, apresentação e debate dos resultados com públicos não especializados, publicação de artigos na imprensa, entre outros.

O MODELO POLÍTICO-COMUNICATIVO NOS ESPAÇOS DE NEGOCIAÇÃO AMBIENTAL

As discussões sobre crise ambiental contemporânea reforçam a necessidade da democracia participativa. O modelo político comunicativo de Habermas tem inspirado vários autores a discutirem sobre esfera pública. Segundo Leis (1997), há certo descuido em tratar do tema negociação ambiental - núcleo central do debate e da prática que pode permitir recuperar o tempo perdido e garantir a governabilidade ambiental. No Brasil, a participação dos cidadãos e organizações da sociedade civil em defesa do meio ambiente se dá, basicamente, através dos canais legalmente estabelecidos. São eles: avaliação de impacto ambiental (que inclui procedimentos desde o estudo até as audiências públicas), ação civil pública e a participação nos órgãos colegiados, como os conselhos estaduais, municipais além do nacional. Embora muitos ambientalistas acreditem que seja importante fortalecer esses canais, leis advertem que, por suas características técnico-formais, nenhum deles pode ser considerado verdadeiro espaço de negociação que pressupõe mecanismos que permitam ações prévias às decisões finais. Para isso, seria necessário que os diversos atores participantes tivessem capacidades e recursos equivalentes para influir em todo o processo:

Não existe governabilidade ambiental sem negociação, e não existe negociação sem espaços aptos para uma participação baseada numa ação comunicativa eficiente, em que os melhores argumentos tenham uma chance real de prevalecer frente às visões instrumentais dos atores políticos e econômicos tradicionais. (Leis, 1997, p. 240).

Em sua proposta realista-utópica para sair do impasse do atual modelo político técnico existentes no Brasil nos espaços de negociação ambiental, o autor citado aponta a necessidade de “*cara a cara*” prolongados para o estabelecimento relações de confiança, conhecimento e interesse; garantia de legitimidade da representação; definição das regras, espaços e agendas. Estas são algumas condições que podem garantir a construção de consensos a partir do exercício da competência comunicativa

A elaboração da Agenda 21, principalmente em nível local, oferece uma oportunidade ímpar para a busca de um novo modelo, se consideradas as características básicas inerentes ao programa - um planejamento multissetorial de médio ou longo prazo, de natureza participativa e

transparente, com vistas ao desenvolvimento sustentável (Trindade, 1997). Porém, poucas cidades brasileiras enfrentaram esse desafio. Algumas, por exemplo, preferiram convocar uma “*comissão de notáveis*” para realizar o planejamento, deixando de lado a participação da população. Contudo, as situações reconhecidas como emblemáticas, oferecem-nos evidências de que é possível. Neste contexto, situa-se a cidade de Vitória.

Em fevereiro de 1996, a Prefeitura Municipal de Vitória (PMV) convocou um Conselho de 365 membros, oriundos dos principais segmentos sociais do município, para discutir e aprovar um plano estratégico de desenvolvimento para a cidade até o ano 2010, o *Vitória do Futuro*, logo assumido como Agenda 21 local. Se naquela época, o município já registrava experiências de mobilização semelhantes, *Vitória do Futuro* distinguiu-se por seus objetivos de longo prazo, por vincular imagens aos cenários elaborados¹⁰, pela ativa participação dos cidadãos e, especialmente, pela atuação dos especialistas. A formação do Conselho Municipal, aparentemente, impôs caráter democrático e apartidário à discussão.

Uma equipe de coordenação, formada meses antes, definiu a metodologia do projeto e as etapas (embora várias iniciativas tenham sido incorporadas posteriormente) e buscou patrocínio junto às empresas locais que garantiram os recursos para a contratação dos especialistas, produção dos materiais e outros gastos. Além das cinco sessões plenárias previstas inicialmente, foram organizadas reuniões temáticas em datas alternativas para o aprofundamento de assuntos específicos.

O apoio da iniciativa privada e o último ano da administração municipal impuseram o prazo de sete meses para a conclusão dos trabalhos. Pela escassez de tempo, era impossível que os debates se desdobrassem nos bairros, como ocorria no orçamento popular. Um instituto independente foi então contratado para realizar pesquisas e aferir as tendências da população, dos

¹⁰ A análise prospectiva ou elaboração de cenários é instrumento auxiliar do planejamento estratégico desenvolvida por Michel Godet. Trata-se da descrição de possíveis situações futuras baseadas em estudos consistentes, que levam em conta, por exemplo, as tendências pesadas e os atores envolvidos. O objetivo é dar clareza às diversas possibilidades para facilitar a opção e, conseqüentemente, a definição de caminhos para alcançá-la. Em Vitória do cenário desejado foi denominado “*O salto do marlin*”, espécie de peixe raro, conhecida por sua beleza e pelo salto que dá em busca da liberdade quando fígado. O cenário inercial (negativo) foi denominado “*O andar do caranguejo*”, que segundo a tradição popular “*anda para trás*”. Tanto o marlin quanto o caranguejo são comuns na região.

funcionários da Prefeitura e, sobretudo, dos próprios conselheiros. A primeira pesquisa ouviu 1.800 moradores e ajudou a determinar as questões críticas a serem tratadas durante o processo.

Especialistas locais foram contratados e encarregados de produzirem três produtos para cada uma das áreas: a) o diagnóstico, b) cenários (inercial e desejável), c) projetos e diretrizes. Muitos preferiram constituir equipes de trabalho e, ao final, 38 expertos atuaram nessas tarefas. Embora fossem responsáveis pela elaboração das análises e propostas, todos os resultados foram submetidos à apreciação do Conselho do *Vitória do Futuro*. Os estudos técnicos deveriam também levar em conta os resultados das pesquisas com os conselheiros, servidores e população e os debates nas reuniões temáticas e plenárias.

INFORMAÇÃO PARA A TOMADA DAS DECISÕES

Sensibilizar e comprometer os atores sociais para participar dos espaços de negociação ambiental, exige que eles sintam-se parte de uma sociedade mais abrangente do que aquela definida pelo seu pertencimento imediato, como família e trabalho. Na ação comunicativa eficiente, o diálogo entre interlocutores implica que eles se comuniquem entre si, compreendam-se mutuamente e que tenham em comum, pelo menos em parte, os mesmos universos e valores. A todos esses aspectos, soma-se a necessidade de informação: a qualidade da participação depende do conhecimento de cada um sobre o espaço onde se vive e trabalha: *No desenvolvimento sustentável, cada pessoa é usuário e provedor de informação, considerada em sentido amplo, o que inclui dados, informações e experiências e conhecimentos adequadamente apresentados.*” (Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente..., 1992, cap. 40).

Assim, chegamos à ciência e tecnologia (C&T): a busca da sustentabilidade depende, em grande parte, da coleta de dados sobre o meio ambiente e a sua transformação em informações capazes de gerar debates e compromissos em níveis coletivo e particular. Analisando os movimentos ecológicos, Castells (1998) afirma que embora persista um desconforto em relação à C&T, o movimento ecológico se apóia, em boa medida, na reunião, análise e difusão de informações científicas sobre a interação dos artefatos fabricados pelo homem e o meio ambiente. Tornar essas informações disponíveis e acessíveis aos gestores e ao público e, sobretudo, inseri-las nos planejamentos e políticas locais nacionais ou setoriais, tem sido um desafio difícil de superar (Comissão de Políticas de Desenvolvimento..., 1992).

A Agenda 21 dedica seções integrais à ciência e às comunidades científica e tecnológica, com a ressalva de que para a Agenda, a comunidade tecnológica é constituída por engenheiros, arquitetos, projetistas industriais, urbanistas, formuladores e gestores de políticas, entre outros profissionais. Ressalta que tais comunidades devem dar “...*contribuição mais aberta e efetiva aos processos de tomada de decisões relativas ao meio ambiente e desenvolvimento*” (Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente..., 1992, cap. 29). Para tanto, é necessário que o papel da C&T nos assuntos humanos seja mais amplamente conhecido pelos responsáveis pelas decisões, formuladores de políticas e público em geral. Além disso, o capítulo 35 da Agenda propõe que se estabeleçam novas formas de cooperação e comunicação, em que também o público e os responsáveis pelas decisões levem aos cientistas suas expectativas e demandas.

Se a reflexão sobre a pertinência da comunicação pública da ciência já se encontra em estágio avançado (embora, pelo menos entre nós, não se registre o mesmo avanço nas experiências concretas), ainda persiste vasto campo de experimentação, debate e busca de consenso em relação à participação dos técnicos e cientistas nos espaços de negociação ambiental, o que também pressupõe competência comunicativa. Antes, porém, de tratarmos deste tema, é importante lembrar que a comunicação pública da ecologia deve gerar novos comportamentos, estimular a participação, a cooperação mútua, valores e ações que contribuam para a transformação humana e social e a preservação ecológica (Tratado de Educação Ambiental..., 1992). Não por acaso, os documentos de educação ambiental e a própria Agenda 21 mencionam a importância de se recorrer aos conhecimentos das culturas tradicionais, dos jovens e de outros grupos, para enriquecer o debate.

A PARTICIPAÇÃO DOS ESPECIALISTAS

No esforço de clarificar o papel das comunidades científica e tecnológica na construção da sustentabilidade, a análise do *Vitória do Futuro* oferece algumas pistas que merecem breve análise.

- Inicialmente, os especialistas receberam orientações sobre os objetivos do projeto, suas diversas fases e, sobretudo, sua contextualização em relação a outras iniciativas

semelhantes, inclusive sobre a Agenda 21¹¹. Um primeiro aspecto que chama a atenção é o papel da informação técnico-científica no *Vitória do Futuro*: “[o estudo] será uma das referências para a elaboração do diagnóstico, cenários e indicação de projetos. Além do documento estarão sendo consideradas pesquisas, reuniões temáticas e contribuições do Conselho.” – esclarece o texto de orientação entregue aos especialistas contratados. Ou seja, houve “relativização” do conhecimento e propostas científicas diante dos outros saberes e complexos fatores que intervêm numa cidade moderna, num mundo marcado pelo cientificismo, comentando a seguir.

- Para ser compreendido e debatido por todos os participantes do processo (a grande maioria formada por não especialistas), foi necessário que os estudos técnicos adotassem linguagem adequada: “o texto deverá primar pela objetividade, clareza e consistência, procurando, sempre que for o caso, estabelecer uma interação com os demais temas que estão sendo elaborados simultaneamente”, esclarecia a orientação recebida.
- Os consultores precisaram esforçar-se em relação à linguagem e também considerar outros estudos. A integração das diversas áreas de conhecimento, tarefa tão difícil quanto necessária num planejamento de uma cidade, foi construída ao longo das inúmeras reuniões entre o Grupo Prospectivo e especialistas. Os relatórios desses encontros mostram as discussões e esforços para homogeneização da metodologia de produção e apresentação dos trabalhos. Era essencial, por exemplo, que os estudos básicos¹² fornecessem subsídios para os temáticos¹³, o que se buscou através de roteiros previamente preparados.

¹¹ Em 1996, embora algumas grandes cidades já tivessem seus planejamentos estratégicos, ainda era pouco comum a presença da população na sua elaboração. Provavelmente, os debates sobre desenvolvimento sustentável e, em especial a Agenda 21, ajudaram a ampliar essa participação.

¹² Os estudos básicos revelaram o estado da arte, as variáveis-chave, os principais atores e subsistemas relevantes para a cidade. São eles: Vitória no contexto nacional e internacional, Vitória no contexto estadual e metropolitano, uso e ocupação do solo urbano, perfil demográfico, vocação econômica e emprego.

¹³ Centro de Vitória, turismo, sistema portuário, tecnologia da informação, transporte e trânsito, ação social, educação, saúde, segurança, comunicação, meio ambiente, cultura e esportes.

- Todos os trabalhos foram primeiramente apresentados ao Grupo Prospectivo que podia apresentar sugestões para melhorar conteúdo ou forma. O mesmo Grupo era encarregado de sintetizar as conclusões de cada uma das etapas – diagnóstico, cenários e propostas – e preparar a apresentação para as reuniões plenárias. Os resultados das pesquisas de opinião e as contribuições do Conselho ajudavam a compor essas conclusões. Nessa etapa de síntese acontecia, ainda, a “*fusão*” de alguns trabalhos.

- As cópias das pesquisas de opinião e dos estudos produzidos ficaram à disposição de todos os especialistas que também foram convidados a participar não apenas das reuniões plenárias, mas de outras atividades, como as visitas realizadas às grandes empresas locais para conhecer seus planejamentos. Se essas visitas forneceram informações relevantes aos especialistas sobre o que pensavam e planejavam alguns atores fundamentais do mundo da esfera econômica, as pesquisas informavam sobre as preocupações, demandas e propostas da população em geral.

- Os consultores foram estimulados a produzir artigos para imprensa local, mas foi tímida a sua participação neste sentido. Durante os sete meses de atividades, *o Vitória do Futuro* foi tema de artigos, notas, reportagens ou notícias 125 vezes, uma menção a cada dois dias, e basicamente positivas. Dos 19 artigos publicados no período, apenas cinco foram escritos pelos expertos. Os restantes são de autoria do próprio Prefeito Municipal, membros da coordenação do projeto e lideranças locais. Embora nossas análises avaliem a cobertura da mídia impressa como positiva (em termos de incidência) e regular (em termos de aprofundamento e qualidade), é forçoso reconhecer que os especialistas não se destacaram neste aspecto. É prematuro, porém, tirar conclusões a respeito, já que deve ser considerada uma série de variáveis.

- As reuniões temáticas constituíram ponto chave de todo processo e um momento em que os especialistas desempenharam papel bastante emblemático. Foram realizadas em duas ocasiões: para discutir o diagnóstico/elaboração dos cenários e as

propostas/estratégias. Do primeiro encontro, participaram 468 pessoas; do segundo, 348. Além de apresentarem os trabalhos, os especialistas atuaram como coordenadores de grupo, esclarecendo os objetivos do encontro, encaminhando as discussões e preparando o relatório final. Com grupos reduzidos de conselheiros que optavam pelos temas de sua preferência, era ali que se explicitavam conflitos e interesses, eram realizados debates e definidas questões. Por decisão da equipe coordenadora, as propostas finais foram resultado de consenso e não de votação, o que exigiu intensas negociações entre os participantes de cada grupo. Temas como transporte e trânsito ou meio ambiente, que envolviam interesses de diferentes segmentos e, inclusive, de grandes empresas, geraram acirrados debates e encontros extras. As entrevistas com os coordenadores revelaram o reconhecimento, a satisfação e uma certa surpresa com a capacidade dos grupos em depurar os ‘excessos’ e fazer as opções mais adequadas para a cidade.

A versão final do *Vitória do Futuro: plano estratégico da cidade 1996-2010* contém as 68 estratégias e os 130 projetos, todos aprovados pelo Conselho Municipal. Publicada no formato livro (19 x 27 cm), com 113 páginas e tiragem de cinco mil exemplares, é composto dos seguintes capítulos:

- *Como está Vitória* (apresenta o diagnóstico da cidade);
- *Como planejar o futuro de Vitória* (detalha a metodologia empregada);
- *Para onde vai Vitória* (descreve os dois cenários elaborados: a) o inercial - O caminhar do caranguejo; b) o desejado – O salto do Marlin Azul);
- *Que esforços deve realizar Vitória* (apresenta as estratégias e projetos aprovados);
- *Quem planejou Vitória* (relação dos conselheiros, especialistas, membros dos grupos permanente e prospectivo, equipes técnica e administrativo-financeira e colaboradores, nesta ordem).
- Redações premiadas no concurso *A Vitória que queremos em 2010*.

Os capítulos relativos ao diagnóstico e aos cenários apresentam a síntese dos estudos básicos e temáticos realizados, já com a incorporação dos resultados dos debates e pesquisas. Ao

longo do processo, foram produzidos 2.230 páginas sobre a cidade. No dia 10 de setembro, numa solenidade que incluiu apresentação de bandas, corais, buzinação no porto e festa na praça, a Agenda 21 local de Vitória foi entregue oficialmente à população. Mais que um planejamento no sentido restrito do termo, havia se estabelecido um grande processo de produção de informações, reflexão e debate, onde se manifestaram os vários interesses, laços, realidades, sonhos e utopias dos habitantes de uma cidade.

PRIMEIRAS CONCLUSÕES

A despeito da gravidade e complexidade da crise ambiental contemporânea, sinais de mudanças surgem. E os mais impressionantes e animadores são os que vêm das comunidades locais, das iniciativas espontâneas ou não, onde cidadãos anônimos (e, em no nosso estudo, os cientistas e técnicos) se transformam em sujeitos coletivos de uma nova história. Não deixa de ser curioso que a ênfase à esfera local no ambientalismo coincida com uma revalorização do local também nas ciências sociais.

A dimensão é local mas o sentido é global. Faz parte das contradições de nossa era: as comunidades são desterritorializadas, as identidades são polivalentes, os espaços públicos são virtuais, mas é no bairro, na casa, na metamorfose íntima do indivíduo para sujeito que os sentidos são produzidos e assumidos. É o “*milagre*” ao qual se refere Medina (1998, p. 62), quando analisa a força da comunicação pessoal diante da comunicação de massa: “*A cidadania anônima mostra ao quarto poder que os significados coletivos se formam na rede informal do cotidiano.*”.

Embora possamos falar em diferentes níveis de consenso em relação às metas do desenvolvimento sustentável, ainda há problemas e dilemas. Para Leis; Viola (1996), o principal desafio é transformar-se numa alternativa realista ao modelo dominante. Para isso, é preciso dar forte base científica a suas políticas, a fim de que também sejam realistas. A resolução do dilema demandará, precisamente, um longo processo de adequação política entre fins e meios. Da capacidade de convergência e negociação entre os vários setores dependerá a viabilidade dos projetos de sustentabilidade a serem aplicados no Brasil.

Por essas razões, consideramos que experiências, como as da Agenda 21 (ou em outros espaços de negociação ambiental) constituem momentos privilegiados da comunicação pública

da ciência. De certa forma, recria-se o exercício do próprio fazer científico, um percurso que implica acolher fatos ou informações de forma aberta: buscar evidências que comprovem (ou não) esses fatos; formular e testar hipóteses; descartar as que não forem ou não puderem ser comprovadas. Um exercício, porém, feito de forma compartilhada.

Aos cientistas e técnicos cabe a tarefa de produzir as informações apresentadas e discutidas com os vários atores sociais, não apenas para gerar conhecimento mas, sobretudo, compromissos concretos, em níveis pessoal e coletivo. Isso exige que os expertos superem a tradicional explicação de dados especializados com as atitudes pseudo-didáticas tão caras aos divulgadores e recorram, por exemplo, aos conteúdos afetivos, buscando equilibrar o mundo das noções ambientais com o mundo das vivências, conforme sugere Medina (1998). Porém, mais que apresentar de forma clara o conhecimento produzido, será preciso aceitar o desafio de discutir e confrontá-lo com outros interesses. Estamos, assim, diante de um novo palco de atuação, além dos muros das academias e laboratórios, onde os debates se dão em outros termos e não mais através dos mecanismos tradicionais do mundo da ciência. E neste sentido, há avanços em relação à comunicação pública da ciência.

Mais do que produzir informações ou informar bem, é importante integrar-se aos processos de comunicação, de debates e mudanças. E a participação das comunidades científicas e tecnológicas será mais efetiva à medida que lograrem a inserção e debate de seus dados e informações nas experiências e vivências do cotidiano; na transformação do doméstico em político e na construção das pequenas utopias ou da grande utopia que, hoje, atende por sustentabilidade. Foram esses alguns dos desafios que enfrentaram os técnicos e pesquisadores que participaram do *Vitória do Futuro*:

Será demais pretender do ato comunicativo presentificado, veloz, volátil, um ato de comunhão dos desejos coletivos? A pergunta paira no instante do artesanato: um ser-comunicador, solidário culturalmente, identificado com o outro, seu interlocutor, pode isolar-se da dor universal?(Medina, 1998, p.15).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. *Desenvolvimento sustentável: 100 experiências brasileiras*. Consulta Nacional – Agenda 21. Disponível em <<http://www.mma.gov.br/port/se/agem21/ag21locais>>. Acesso em: 15 ago. 2000.

COMISSÃO de políticas de desenvolvimento sustentável e da Agenda 21 nacional. *Agenda 21 brasileira: bases para discussão*. Disponível em <<http://mma.gov.Br/agen21/ag21bra>>. Acesso em: 2 jul. 2000.

_____. *Estratégia global da biodiversidade*. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 1992. 232 p.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Centro de Informações das Nações Unidas. *Agenda 21*. [s. l.], 1992.

LEIS, H. R. Um modelo político-comunicativo para superar o impasse do atual modelo político-técnico de negociação ambiental no Brasil. In: CAVALCANTI, C. (Org.). *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 1997. p. 232-247.

LEIS, H. R.; VIOLA, E. J. A emergência e evolução do ambientalismo no Brasil. In: LEIS, H. R. (Org.) *O labirinto: ensaios sobre ambientalismo e globalização*. São Paulo: Gaia, 1996. p. 89-112.

_____. A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. In: HOGAN, D. J.; VIEIRA, P. F. (Org.) *Dilemas sócio-ambientais e desenvolvimento sustentável*. Campinas: UNICAMP, 1992. p.73-95.

MEDINA, C. *Símbolos e narrativas: rodízio 97 na cobertura jornalística*. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente, [199-]. 245 p.

TORO, A. J. B.; WERNECK, N. M. D. *Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, 1997. 104 p.

_____. Mobilização social: a construção na América Latina. In: MONTORO, T. S. *Comunicação e mobilização social*. Brasília: UNB, 1996. p. 68-73.

_____. Mobilização social: uma teoria para a universalização da cidadania. In: MONTORO, T. S. *Comunicação e mobilização social*. Brasília: UNB, 1996. p. 26-40.

TRATADO de Educação Ambiental para sociedades sustentáveis e responsabilidade global. Rio de Janeiro: [s. n.], 1992. 8 p.

TRINDADE, S. C. Agenda 21: estratégia de desenvolvimento sustentável apoiada em processos de decisão participativa. In: CAVALCANTI, C. (Org.). *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 1997. p. 261-270.

VITÓRIA. Prefeitura Municipal. *Vitória do futuro*: plano estratégico da cidade 1996-2010. Vitória, 1996. 113 p.